

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 909.554 - SP (2016/0107422-1)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **ARYSTOBULO DE OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(S) - SP082329**
SILVIA LETICIA DE ALMEIDA - SP236637
ANDRÉ AUGUSTO FERREIRA DE MORAES - SP177644
AGRAVADO : **CONCESSIONARIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A**
ADVOGADOS : **RUBENS DECOUSSAU TILKIAN E OUTRO(S) - SP234119**
FERNANDA NEVES VIEIRA MACHADO - SP261233
INTERES. : **ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela TELEFÔNICA BRASIL S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto, com apoio na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ fl. 836):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Decisão interlocutória que autorizou a ré a restabelecer os seus serviços e, no caso de impossibilidade, remanejar os seus equipamentos na faixa de domínio segundo projeto por ela elaborado - Determinação que extrapola o objeto da lide, de obrigação de fazer consistente na retirada de equipamentos da faixa de domínio - Ademais, cabe à ARTESP e não à concessionária, aprovar o projeto técnico Recurso provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No especial obstaculizado, a ora agravante apontou violação do art. 10 da Lei 7.783/1989, dos arts. 63 e 64 da Lei 9.472/1997 e do art. 22 da Lei 8.078/1990.

Alegou que compete à concessionária recorrida autorizar projetos técnicos para a realização de obras de remanejamento de infraestrutura já existente na faixa de domínio da Rodovia SP 332, e não à ARTESP.

Sustentou que a expressão "remanejamento" pressupõe a pré-existência de infraestrutura, não se podendo estender a interpretação ao casos de implantação de novas estruturas, como assinalou o acórdão recorrido.

Enfatizou, ainda, que a execução do projeto não é singelo e pode comprometer a essencialidade e continuidade do serviço.

Após contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem ao entendimento de que não houve a dita ofensa a

normas federais a ponto de abrir a instância superior.

Em sua irresignação, a agravante infirma a decisão agravada e, no mais, reitera os argumentos articulados no recurso especial.

Contraminuta apresentada.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado 2).

Considerado isso, no que toca à alegação de contrariedade do art. 10 da Lei 7.783/1989, dos arts. 63 e 64 da Lei 9.472/1997 e do art. 22 da Lei 8.078/1990, verifica-se que o presente apelo nobre carece do requisito constitucional do prequestionamento.

Conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo de lei federal, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Corte de origem tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Frise-se, a propósito, que a simples oposição dos embargos de declaração não supre o requisito do prequestionamento, sendo necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do então vigente Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o referido óbice. Essa é a inteligência da Súmula 211 do STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*."

Em relação à competência para a aprovação das obras necessárias, observa-se que a referida questão foi resolvida sob o enfoque do direito local, notadamente a Lei Complementar estadual 914/2002 e o Decreto 46.708/2002 (e-STJ fl. 839).

Logo, não há como acolher a tese recursal sem que haja apreciação da legislação local mencionada, o que é vedado por meio da via recursal eleita, ante o óbice da Súmula 280 do STF: "Por ofensa a direito local, não cabe recurso extraordinário".

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Sem

Superior Tribunal de Justiça

arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator